

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PMSC)
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA MILITARES TEMPORÁRIOS

NÍVEL SUPERIOR

01100 – ALUNO-SOLDADO TEMPORÁRIO (QPTPM) – TIPO A

Frase: Aceite desafios e cresça sempre.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 4.

A guerra não tem rosto de mulher

Quando a guerra acabou, elas ficaram terrivelmente indefesas. Minha esposa, por exemplo, é uma mulher inteligente, mas tem uma visão negativa de mulheres militares, acha que elas iam para a guerra procurar noivo, que todas tinham casos por lá. E, apesar disso, na verdade, se a gente pode falar francamente, elas eram, em sua maioria, mulheres direitas. Puras, mas depois da guerra... Depois da sujeira, depois dos piolhos, depois das mortes... A gente queria algo bonito. Claro. Mulheres bonitas. Eu tinha um amigo; no front: uma moça maravilhosa, pelo que me lembro, apaixonou-se por ele, uma enfermeira, mas ele não casou com ela: deu baixa e encontrou para si uma outra, mas bonitinha. E é infeliz com a esposa. Agora, fica lembrando da outra, do seu amor de guerra, essa sim, seria uma amiga. Depois do front, ele a deixou porque tinha passado quatro anos vendo a moça com botas gastas e casaco acolchoado masculino.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.119.

1. “Eu tinha um amigo; no front: uma moça maravilhosa, **pelo que me lembro, apaixonou-se por ele**, uma enfermeira [...]”

Sobre o trecho realçado anteriormente, é verdadeiro o que se afirma em:

- (A) A construção sintática “**pelo que me lembro**” é inadequada ao período em que se insere; devendo, portanto, ser trocada por **cujo me lembro**.
- (B) A preposição “**pelo**”, resultante de uma contração, é uma infração à estrutura sintática realçada, em decorrência do pronome relativo “**que**” ser antecedido por uma preposição com mais de uma sílaba.
- (C) Há uma infração às regras de colocação pronominal, uma vez que o trecho deveria priorizar a posição enclítica do pronome “**me**”, em decorrência do pronome “**que**”.
- (D) Há uma infração às regras de colocação pronominal em relação ao pronome “**se**”, uma vez que, em decorrência do tempo pretérito em que se encontra o verbo que o acompanha, sua posição deveria ser mesoclítica.
- (E) A posição enclítica do pronome “**se**” foi priorizada em decorrência da oração parentética não exercer força atrativa para a ocorrência da próclise.

2. Em se tratando da regência do verbo destacado a seguir, é correto afirmar que:

“Agora, fica **lembrando** da outra, do seu amor de guerra [...]”

- (A) respeita as regras cristalizadas de regência verbal, pois o verbo **lembrar** é transitivo indireto, exigindo, assim, a preposição **de**.
- (B) respeita as regras cristalizadas de regência verbal, pois o verbo **lembrar**, ao ser acompanhado por um verbo auxiliar, a exemplo do **ficar**, exige um objeto direto, embora preposicionado.
- (C) há uma infração à regra canônica de regência verbal, uma vez que a presença da preposição subsequente ao verbo **lembrar** exige a forma pronominal desse verbo.
- (D) há uma infração à regra canônica de regência verbal, uma vez que o verbo **lembrar** é bitransitivo, exigindo, desse modo, um objeto direto e outro indireto.
- (E) há uma infração à regra canônica de regência verbal, uma vez que o verbo **lembrar**, por ser de natureza pronominal, não exige o acompanhamento de qualquer preposição.

3. No excerto a seguir, a repetição do vocábulo demarcado indica uma coesão do tipo:

“Puras, mas **depois** da guerra...**Depois** da sujeira, **depois** dos piolhos, **depois** das mortes...A gente queria algo bonito.”

- (A) sequencial frástica.
- (B) referencial elíptica.
- (C) sequencial parafrástica.
- (D) referencial por uso de uma pró-forma.
- (E) referencial por uso de uma forma lexical.

4. No período em evidência, a oração ressaltada é tipificada como:

“[...] ele a deixou **porque tinha passado quatro anos vendo a moça com botas gastas e casaco acolchoado masculino.**”

- (A) subordinada adverbial causal.
- (B) coordenada sindética conclusiva.
- (C) coordenada sindética explicativa.
- (D) subordinada adverbial concessiva.
- (E) subordinada adverbial condicional.

• **Texto para as questões de 5 a 8.**

Em xeque, o tabu da participação feminina nas instituições militares

Ofensiva da Procuradoria-Geral da República tenta derrubar as últimas barreiras à ampla presença das mulheres nas Forças Armadas e na Polícia Militar

Foi em meados de 1821, no pequeno município baiano de Cachoeira, que um jovem na faixa dos 20 anos bateu à porta do Regimento de Artilharia do Exército Brasileiro, apresentou-se como José Medeiros e colocou-se à disposição para combater as tropas portuguesas que contestavam a legitimidade de Dom Pedro I, então príncipe regente. O disfarce não durou muito — durante as diversas lutas vitoriosas do Batalhão dos Periquitos, descobriu-se que o soldado, na verdade, chamava-se Maria Quitéria de Jesus. Mais tarde, ela ganharia reconhecimento oficial como a primeira militar brasileira e heroína da Independência, com direito a uma estátua na Praça da Soledade, em Salvador. O triunfo da menina órfã, que aprendeu sozinha a manusear equipamentos bélicos, foi o primeiro passo, mas a aceitação de mulheres no ambiente militar sempre andou de forma lenta, travada pela desconfiança de que não teriam a mesma condição de exercer atividades de força como os homens.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/em-xeque-o-tabu-da-participacao-feminina-nas-instituicoes-militares/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

5. Atente-se às orações realçadas em I e em II, de modo a assinalar a alternativa correta.

- I. “[...] descobriu-se **que o soldado, na verdade, chamava-se Maria Quitéria de Jesus.**”
- II. “[...] travada pela desconfiança **de que não teriam a mesma condição de exercer atividades de força como os homens.**”

- (A) Em I e em II, há orações subordinadas substantivas, respectivamente objetiva direta e objetiva indireta.
- (B) Em I e em II, há orações subordinadas substantivas, respectivamente objetiva direta e completiva nominal.
- (C) Em I, há oração subordinada substantiva subjetiva; enquanto em II, a oração é adjetiva restritiva.
- (D) Em I, há oração subordinada substantiva subjetiva; enquanto em II, a oração é adverbial condicional.
- (E) Em I, há oração subordinada substantiva objetiva direta; enquanto em II, a oração é adjetiva restritiva.

6. Analise os trechos demarcados nos períodos em evidência e aponte o item correto em se tratando da relação morfossintática entre os sintagmas preposicionados a seguir:

- “Mais tarde, ela ganharia reconhecimento oficial como a primeira militar brasileira e heroína **da Independência**¹ [...]”
- “O triunfo **da menina órfã**², que aprendeu sozinha a manusear equipamentos bélicos, foi o primeiro passo [...]”

- (A) Em 1 e em 2, há adjunto adnominal.
- (B) Em 1 e em 2, há complemento nominal.
- (C) Em 1, há adjunto adnominal; em 2, agente da passiva.
- (D) Em 1, há adjunto adnominal; em 2, complemento nominal.
- (E) Em 1, há complemento nominal; em 2, adjunto adnominal.

7. Observe os períodos I e II, para demarcar o item correto, em se tratando do uso ou da ausência da vírgula em relação aos elementos conectores destacados.

- I. “[...] apresentou-se como José Medeiros e colocou-se à disposição para combater as tropas portuguesas **que** contestavam a legitimidade de Dom Pedro I, então príncipe regente.”
II. “O triunfo da menina órfã, **que** aprendeu sozinha a manusear equipamentos bélicos, foi o primeiro passo [...]”

- (A) A ausência da vírgula em I ou o seu uso em II são indiferentes para o contexto semântico de ambos os períodos.
(B) A ausência da vírgula em I acrescenta uma informação adicional, embora não essencial, sobre o termo antecedente.
(C) A ausência da vírgula em I, ou o seu uso em II, não altera a função sintática acessória de adjunto adnominal dos trechos subsequentes ao pronome relativo “**que**”.
(D) A presença das vírgulas em II indica que a oração intercalada apresenta função sintática de aposto recapitulativo.
(E) A presença das vírgulas em II limita a informação do trecho antecedente, que tem como referente “**menina órfã**”.

8. “[...] que aprendeu sozinha a manusear **equipamentos bélicos**”.

Equipamentos bélicos são **equipamentos de guerra**. Logo, a partir da correta relação entre adjetivo e locução adjetiva, aponte a seguir o item em que essa correlação também esteja conforme a norma-padrão de emprego das classes de palavras.

- (A) Comportamento hebiátrico: comportamento de adulto.
(B) Células esplênicas: células do baço.
(C) Carne vulpina: carne de pombo.
(D) Peste acrídea: peste de aranha.
(E) Luz selênica: luz do sol.

Raciocínio Lógico e Matemático

9. Durante uma investigação, um policial anota a seguinte frase: “Ele foi o responsável pelo assalto”.
Essa frase é considerada uma sentença aberta porque:

- (A) Não utiliza conectivos lógicos.
(B) Seu valor de verdade é sempre falso.
(C) Expressa uma emoção forte.
(D) Seu valor lógico não pode ser determinado sem a identificação do “ele”.
(E) Possui mais de uma ideia implícita.

10. Em uma operação policial, foram apreendidos 500 itens, sendo que 40% deles eram armas e, dos itens que eram armas, 75% estavam com numeração raspada. Dos itens apreendidos que não eram armas, 20% eram entorpecentes.
O total de itens apreendidos a mais com numeração raspada em comparação aos itens que eram entorpecentes é igual a:

- (A) 90.
(B) 150.
(C) 78.
(D) 125.
(E) 100.

RASCUNHO

RASCUNHO

11. Em uma penitenciária com 2000 detentos, temos que 40% deles cumprem pena por tráfico (T), 30% por roubo (R) e 20% por furto (F). Sabe-se que 10% cumprem por tráfico e roubo, 5% por roubo e furto, 8% por tráfico e furto e 2% cumprem pena por esses três crimes.

O total de detentos que cumprem pena por nenhum desses três crimes específicos é igual a:

- (A) 750.
- (B) 620.
- (C) 580.
- (D) 660.
- (E) 700.

12. Em uma complexa operação de inteligência policial, os analistas precisam considerar a veracidade ou falsidade de quatro condições independentes para decidir o próximo passo tático:

P: O alvo está no local esperado.

Q: O reforço aéreo está disponível.

R: As vias de fuga estão bloqueadas.

S: O elemento surpresa foi mantido.

Para modelar todas as possíveis combinações lógicas dessas quatro condições e suas implicações, o total de linhas que seriam necessárias em uma tabela-verdade completa é igual a:

- (A) 4.
- (B) 8.
- (C) 32.
- (D) 64.
- (E) 16.

13. Uma política de segurança estabelece: “Se o policiamento preventivo for reforçado (P), então a taxa de furtos diminuirá (Q)”.

A expressão lógica tautológica que representa a equivalência dessa política é dada por:

- (A) $(P \wedge Q) \leftrightarrow (\sim P \vee \sim Q)$
- (B) $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow (P \wedge \sim Q)$
- (C) $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow (\sim P \vee Q)$
- (D) $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow (Q \rightarrow P)$
- (E) $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow \sim (\sim P \wedge Q)$

Geografia de Santa Catarina

14. A dinâmica climática do estado de Santa Catarina resulta da interação entre fatores atmosféricos, posição latitudinal, relevo e proximidade com o Oceano Atlântico. Acerca dessa interação e suas implicações espaciais, é correto afirmar que:

- (A) O litoral catarinense apresenta maior amplitude térmica anual do que as áreas próximas à Serra Geral, em razão da maior incidência de frentes frias continentais.
- (B) As áreas mais próximas da escarpa da Serra Geral tendem a registrar maior pluviosidade anual, em função do efeito orográfico associado à circulação de ventos úmidos de origem oceânica.
- (C) O regime climático catarinense caracteriza-se por longos períodos de déficit hídrico anual, especialmente entre os meses de outono e inverno, com escassez de recarga dos sistemas aquíferos.
- (D) As temperaturas médias mais elevadas do estado concentram-se predominantemente na faixa litorânea durante todo o ano, independentemente da altitude e da sazonalidade.
- (E) A atuação dos sistemas convectivos de mesoescala é restrita aos meses de inverno, sendo responsável pela redução significativa das precipitações no período estival.

15. O relevo de Santa Catarina está associado à compartimentação do Planalto Meridional e à organização das principais bacias hidrográficas do estado. Considerando as características geomorfológicas regionais e a dinâmica dos sistemas fluviais catarinenses, assinale a alternativa correta.

- (A) O Planalto Catarinense apresenta relevo pouco dissecado e homogêneo, em razão do predomínio de rios de baixa energia e de reduzida capacidade erosiva.
- (B) As áreas drenadas pelo rio Paraná (Iguaçu), no norte do estado, concentram os maiores gradientes altimétricos e os mais intensos processos erosivos do território catarinense.
- (C) Os divisores hidrográficos entre as principais bacias do estado mantêm-se inalterados ao longo do tempo geológico recente.
- (D) O oeste catarinense, associado à bacia do rio Uruguai, caracteriza-se por relevo estável, com baixa dissecação e reduzida reorganização da rede de drenagem.
- (E) A bacia do rio Itajaí-Açu apresenta maior complexidade geomorfológica em função da interação entre relevo, drenagem e processos erosivos, refletindo uma organização fluvial mais dinâmica.

16. O Vale do Itajaí consolidou-se como uma das principais regiões industriais de Santa Catarina, com destaque para atividades têxteis e de transformação. Sobre os fatores geográficos, econômicos e sociais que contribuíram para esse processo, podemos afirmar que:

- (A) A industrialização do Vale do Itajaí ocorreu de forma tardia e dependente de grandes investimentos estatais e bancários, sendo estruturada prioritariamente para atender demandas externas do eixo Rio–São Paulo.
- (B) O desenvolvimento industrial da região baseou-se majoritariamente na presença de grandes propriedades rurais e na formação precoce de uma elite agrária, que concentrou capital e direcionou os investimentos industriais.
- (C) A dinâmica industrial do Vale do Itajaí esteve associada à acumulação de excedentes oriundos da agricultura em pequenas propriedades, ao fortalecimento do mercado interno regional e à atuação de empreendimentos familiares, com forte integração entre comércio e indústria.
- (D) A economia regional organizou-se essencialmente a partir da exploração mineral e da indústria pesada, favorecida pela proximidade com jazidas metálicas e pela navegação fluvial de longo curso.
- (E) O processo industrial da região foi marcado pela ausência de mão de obra especializada, o que limitou a diversificação produtiva e manteve a economia centrada em atividades primárias até meados do século XX.

17. A história de Santa Catarina foi marcada por sucessivas disputas políticas, militares e territoriais, tanto no período colonial quanto no Império e início da República. Considerando os eventos ocorridos, assinale a alternativa correta.

- (A) A invasão espanhola de 1777 resultou na incorporação definitiva da Ilha de Santa Catarina ao domínio espanhol, consolidada pelo Tratado de Madri.
- (B) A Revolução Farroupilha ocorreu tanto no atual território do atual Rio Grande do Sul, quanto nas regiões de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul em Santa Catarina.
- (C) A Guerra do Contestado foi um conflito de curta duração, restrito a disputas eleitorais locais, mas diretamente relacionado com a colonização açoriana na região.
- (D) A condição de posto português mais avançado da América do Sul, assumida em 1739, tornou Santa Catarina estratégica, levando à invasão espanhola e à posterior devolução da ilha a Portugal pelo Tratado de Santo Ildefonso.
- (E) As colônias europeias, como Blumenau, foram implantadas no litoral catarinense, sem relação com processos de interiorização do território.

18. A ocupação do território catarinense, ao longo do período colonial, esteve relacionada a interesses estratégicos da Coroa Portuguesa, sobretudo no contexto da defesa do litoral sul do Brasil. Nesse sentido, a Ilha de Santa Catarina adquiriu relevância geopolítica principalmente em razão:

- (A) de sua posição estratégica nas rotas marítimas do Atlântico Sul e na defesa do território português.
- (B) da presença de extensas jazidas minerais que impulsionaram a exploração econômica imediata.
- (C) da instalação de engenhos de açúcar voltados à exportação em larga escala.
- (D) do isolamento geográfico que dificultava o acesso de potências estrangeiras.
- (E) da predominância de atividades pastoris que garantiam autossuficiência econômica.

Informática

19. Em um computador corporativo, um circuito integrado dedicado, instalado na placa-mãe ou integrado ao processador, é utilizado para armazenar de forma segura chaves criptográficas, senhas e certificados digitais, além de permitir o lançamento seguro do sistema operacional por meio de medição de integridade do código de inicialização. Esse componente é denominado:

- (A) Módulo de Plataforma Confiável (TPM).
- (B) Unidade de Processamento Gráfico (GPU).
- (C) Memória de Acesso Aleatório (RAM).
- (D) Controlador de Disco Rígido (HDD Controller).
- (E) Adaptador de Rede (NIC).

20. Em uma distribuição Linux baseada no ambiente gráfico Xfce, o usuário interage com um gerenciador de arquivos leve, de código aberto, projetado para ser rápido e integrado ao próprio desktop, com suporte nativo a extensões como scripts e ações personalizadas. Esse software é conhecido como:

- (A) Firefox.
- (B) Gedit.
- (C) PulseAudio.
- (D) File Explorer.
- (E) Thunar.

21. Em uma planilha eletrônica, as células A4, B4 e C4 contêm, respectivamente, os valores 5, 6 e 35. Na célula D4, foi inserida a fórmula **=SE(A4*B4<C4; "Válido"; "Inválido")**. O resultado exibido em D4 será:

- (A) Inválido.
- (B) VERDADEIRO.
- (C) FALSO.
- (D) Válido.
- (E) Erro.

22. Um software malicioso é instalado silenciosamente em um computador corporativo e, sem o consentimento do usuário, passa a registrar as teclas digitadas, capturar screenshots e exfiltrar credenciais de acesso a sistemas internos para um servidor controlado por atores maliciosos. Esse tipo de ameaça é classificado como:

- (A) Ransomware.
- (B) Spyware.
- (C) Phishing.
- (D) Spam.
- (E) Firewall.

23. Em um órgão público, foi adotada uma plataforma para reuniões virtuais que permite sessões com centenas de participantes, integração nativa com OneDrive, Word e Excel, possibilitando edição simultânea de documentos diretamente na interface da ferramenta, além de organizar a comunicação por meio de canais persistentes agrupados por equipes. Essa plataforma é identificada como:

- (A) Zoom.
- (B) Google Meet.
- (C) Microsoft Teams.
- (D) Webex.
- (E) Slack.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Institucional

24. Em 2025, a Lei complementar estadual nº 880 instituiu o Serviço Militar Estadual Temporário (SEMET), que consiste no exercício de atividades específicas de interesse da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC). Acerca do SEMET, assinale a alternativa correta.

- (A) O SEMET constitui forma de ingresso na carreira militar estadual, destinando-se, especialmente, à incorporação de contingente complementar, em caráter temporário, com prazo de até 36 (trinta e seis) meses.
- (B) É objetivo do SEMET, dentre outros, instituir e centralizar serviço próprio de assistência à saúde veterinária dos animais empregados em atividades da PMSC e do CBMSC.
- (C) A incorporação e a cessão são as formas exclusivas de ingresso do policial militar temporário no SEMET.
- (D) O Curso Básico de Formação destina-se a adaptar os candidatos selecionados às condições peculiares do SEMET e à instrução militar, mediante plano de ensino adaptado e compatível com os cargos que exercerão.
- (E) O SEMET não constitui forma de ingresso na carreira militar estadual, exceto quando destinado à incorporação de contingente complementar, com prazo superior a 36 (trinta e seis) meses.

25. Em razão de grave calamidade pública que assolou o Estado de Santa Catarina, o policial militar João de Deus, que estava em serviço, teve o paradeiro ignorado. A princípio, não se cogitou de deserção, porém João de Deus permaneceu desaparecido por mais de 45 (quarenta e cinco) dias. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- (A) Assim como João de Deus, se qualquer policial militar tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias, há de ser reconhecida a sua deserção.
- (B) Como João de Deus ficou desaparecido por mais de 30 (trinta) dias, oficialmente caberia ter sido considerado extraviado.
- (C) O Comando da Corporação não pode considerar João de Deus, antes de 30 (trinta) dias de paradeiro ignorado, como desaparecido.
- (D) Tendo ou não cessado o estado de calamidade pública, João de Deus é considerado desertor, pois faltou ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- (E) Imediatamente após 48 (quarenta e oito) horas de desaparecimento, compete ao Comando da Corporação considerar extraviado qualquer policial militar, inclusive João de Deus, que estava em serviço quando do início do estado de calamidade pública.

26. Assinale abaixo o único requisito previsto legalmente para o ingresso nos quadros temporários da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

- (A) Ter peso proporcional à altura, conforme parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio do índice de massa corporal.
- (B) Possuir altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), para candidatas do sexo feminino.
- (C) Não possuir tatuagens ou pinturas que influenciem a identificação corporal.
- (D) Não ter sido acusado por crime doloso ou culposo, com ou sem sentença condenatória transitada em julgado.
- (E) Possuir altura mínima de 1,63 m (um metro e sessenta e três centímetros), para candidatos do sexo masculino.

27. Acerca do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina (Lei estadual nº 6.218/1983), indique a alternativa correta.

- (A) A disposição é a situação na qual o policial militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu quadro ou Qualificação, nela permanecendo sem número.
- (B) O policial militar cuja situação é de excedente, salvo o indevidamente promovido, ocupa a mesma posição relativa em antiguidade que lhe cabe na escala hierárquica, com a abreviatura “Excd”, e receberá o número que lhe competir em consequência da primeira vaga que se verificar.
- (C) A reversão será efetuada mediante ato do Comandante-Geral da Polícia Militar para os Oficiais e para os Praças.
- (D) A passagem do policial militar à situação de “a disposição” abre vaga para fins de promoção ou movimentação.
- (E) O policial militar será agregado quando for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratamento de saúde própria.

28. Francisco, policial militar estadual com 05 (cinco) anos de efetivo serviço, requereu a concessão de licença para tratar de interesses particulares. Ao analisar o caso, o Comando Geral da Corporação concedeu a referida licença com prejuízo da remuneração, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Com base nessa situação, marque a alternativa correta.

- (A) O Comando Geral da Corporação deveria ter concedido a licença a Francisco sem prejuízo da remuneração.
- (B) A licença de Francisco poderia ter sido, no máximo, de 06 (seis) meses, sem prejuízo da remuneração.
- (C) A licença concedida a Francisco não pode ser interrompida antes do prazo fixado pelo Comando Geral da Corporação.
- (D) A licença de Francisco poderia ter sido, no máximo, de 12 (doze) meses, com prejuízo da remuneração.
- (E) O Comando Geral da Corporação não deveria ter concedido a licença a Francisco.

29. De acordo com a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados (Lei nº 14.751/2023), as polícias militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições militares:

- (A) permanentes, auxiliares e indispensáveis à igualdade entre os Estados.
- (B) auxiliares da Justiça Militar e essenciais à independência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) essenciais ao Poder Judiciário e exclusivas de Governo.
- (D) permanentes e exclusivas na proteção da segurança pública e da soberania nacional.
- (E) exclusivas, permanentes e típicas de Estado.

30. Considerando a organização básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (Decreto estadual nº 1.601/2021), pode-se afirmar que a Ajudância-Geral será chefiada:

- (A) privativamente, por tenente-coronel PM.
- (B) preferencialmente, por oficial superior.
- (C) privativamente, por major ou tenente-coronel do QOPM.
- (D) privativamente, por oficial do QOSPM.
- (E) preferencialmente, por oficial intermediário, major ou tenente-coronel do QOPM.

Legislação Penal

31. *Revenge porn* ou pornografia de vingança é a expressão usada para denominar o ato de expor, na internet, fotos ou vídeos íntimos de terceiros, sem o consentimento dos envolvidos. Casos do tipo costumam acontecer, na maioria das vezes, quando um casal termina o relacionamento e uma das partes divulga as cenas íntimas na rede mundial de computadores, com o objetivo de vingar-se, ao submeter o ex-parceiro a humilhação pública. Penalmente (Código Penal – Decreto-Lei Federal nº 2.848/40), a conduta contra a dignidade sexual que tipifica “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio – inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática –, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia” consiste no crime de:

- (A) Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.
- (B) Registro não autorizado da intimidade sexual.
- (C) Estupro de vulnerável.
- (D) Mediação para servir a lascívia de outrem.
- (E) Violação sexual mediante fraude.

32. No Código Penal, chamamos de ação penal o instrumento jurídico usado para provocar o Estado a julgar um crime, buscando a punição do culpado ou absolvição do inocente. Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público. A isso chamamos corretamente de:

- (A) Ação de irretratabilidade da representação.
- (B) Ação de iniciativa privada.
- (C) Ação penal condicionada.
- (D) Ação penal no crime complexo.
- (E) Ação de perdão do ofendido.

33. Homicídio qualificado é a morte intencional (dolosa) de alguém cometida sob circunstâncias que aumentam a gravidade do crime, resultando em pena mais severa (12 a 30 anos de reclusão no Brasil) do que o homicídio simples, por refletir maior reprovação social e perversidade, incluindo casos específicos contra autoridades e em locais que receberam proteção especial do legislador, de modo que, segundo o Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40), configuram homicídio qualificado as hipóteses reunidas apenas em:

- (A) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; contra pessoa com deficiência ou com doença que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; praticado por milícia privada; dentre outros enumerados no art. 121, §2º do Código Penal.
- (B) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido; mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; dentre outros enumerados no art. 121, §2º do Código Penal.
- (C) por motivo fútil; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima; dentre outros enumerados no art. 121, §2º do Código Penal.
- (D) nas dependências de instituição de ensino; com inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício; por autor que seja ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela ou, ainda, se é professor ou funcionário da instituição de ensino; dentre outros enumerados no art. 121, §2º do Código Penal.
- (E) contra menor de idade; membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; dentre outros enumerados no art. 121, §2º do Código Penal.

34. O Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40) divide os crimes em títulos específicos que reúnem os crimes em torno dos bens jurídicos tutelados. A partir desse raciocínio, configuram crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183, CP) os enumerados apenas em:

- (A) Receptação de animal; Caça em período proibido; e Supressão ou alteração de marca em animais; dentre outros previstos no CP.
- (B) Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”; Fraude no comércio; Violação do segredo profissional; dentre outros previstos no CP.
- (C) Apropriação indébita previdenciária; Esbulho possessório; e Abuso de incapazes; dentre outros previstos no CP.
- (D) Pesca com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa; Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem; Divulgação de segredo; dentre outros previstos no CP.
- (E) Furto de uso; Violação de direito autoral; e Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos; dentre outros previstos no CP.

35. Define o Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40) as regras para a inimputabilidade penal, dentre as quais podemos destacar corretamente a informada apenas em:

- (A) a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- (B) a emoção e a paixão.
- (C) o relevante valor moral da conduta.
- (D) em virtude de perturbação de saúde mental.
- (E) embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

Legislação Penal Militar

36. Atualmente, dada a reforma recente do CPM, sancionada em 20 de setembro de 2023 (Lei Federal nº 14.688), o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) está estruturado de forma muito similar ao Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/40). Contudo, quando estudamos especificamente o Título II – Do Crime, vemos que ainda permaneceram diferenças que ajudam a destacar as particularidades do crime militar. Assim, assinale o único item que reúne corretamente alguns dos conceitos que permaneceram diferentes, quando comparamos o CPM com o CP.

- (A) Nexo Causal e Crime Consumado.
- (B) Estricto Cumprimento do Dever Legal e Coação Irresistível.
- (C) Estado de Necessidade e Pena do Crime Tentado.
- (D) Exercício Regular de Direito e Desistência Voluntária.
- (E) Desistência Voluntária e Legítima Defesa.

37. Com base no que regula e prevê o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1001/69), especificamente dos conceitos relativos à Aplicação da Lei Penal Militar, podemos assinalar como correto e exclusivo dos crimes militares apenas o que se afirma em:

- (A) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja outro o da ação ou omissão.
- (B) Ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, embora cometidos no estrangeiro, contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- (C) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (E) Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

38. Afirma o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) que “deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou a revolta de cuja preparação teve notícia ou, se presenciar o ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo”, configura o crime de:

- (A) Recusa de Obediência.
- (B) Omissão de Lealdade Militar.
- (C) Conspiração.
- (D) Traição.
- (E) Incitamento.

39. Sabemos que o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) divide os crimes militares em títulos específicos que reúnem os crimes em torno dos bens jurídicos tutelados. A partir desse raciocínio, configuram crimes contra o serviço e o dever militar (arts. 183 a 204, CPM) os enumerados apenas em:

- (A) Omissão de Oficial; Descumprimento de Missão; e Retenção Indevida; dentre outros previstos no CPM.
- (B) Evasão de Preso ou Internado; Resistência Mediante Ameaça ou Violência; e Desrespeito a Superior; dentre outros previstos no CPM.
- (C) Uso Indevido por Militar de Uniforme, Distintivo ou Insígnia; Rigor Excessivo; e Genocídio; dentre outros previstos no CPM.
- (D) Violência contra Inferior Hierárquico; Publicação ou Crítica Indevida; e Deserção Especial; dentre outros previstos no CPM.
- (E) Revolta; Organização de Grupo para Prática de Violência; e Despojamento Desprezível; dentre outros previstos no CPM.

40. O crime militar de “Inobservância de Lei, Regulamento ou Instrução” (art. 324, Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) consiste especificamente na conduta de:

- (A) Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (B) Deixar, no exercício de função, de incluir, por negligência, qualquer nome em relação ou lista para o efeito de alistamento ou de convocação militar.
- (C) Abusar da confiança ou da boa-fé de militar ou de servidor público, em serviço ou em razão deste, apresentando-lhe ou remetendo-lhe, para aprovação, recebimento, anuência ou aposição de visto, relação, nota, empenho de despesa, ordem ou folha de pagamento, comunicação, ofício ou qualquer outro documento que sabe, ou deve saber, serem inexatos ou irregulares, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (D) Deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar.
- (E) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Constituição Federal de 1988

41. Às 18h do dia 1º de janeiro do ano corrente, Josefa se recusou a abrir a porta da sua casa a policial militar que estava em busca de um morador de rua que supostamente acabara de furtar dois pedestres na calçada. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O horário da abordagem policial em questão é determinante para justificar a recusa de Josefa na busca domiciliar.
- (B) Caso às 18h já não houvesse mais luz solar, o policial militar não poderia ingressar no domicílio sem o consentimento de Josefa.
- (C) Ainda que Josefa consentisse com a entrada do policial militar, este não poderia ingressar no domicílio após as 18h, exceto se em cumprimento de determinação judicial.
- (D) A casa é asilo inviolável, porém Josefa, por exemplo, estaria obrigada a permitir o ingresso do policial militar, à noite, para prestar socorro ao morador de rua.
- (E) Embora não haja situação de flagrante delito, Josefa deve colaborar com a atividade policial na medida em que a busca domiciliar não irá lhe trazer nenhuma consequência penal ou processual penal.

42. Há alguns anos, houve uma importante alteração acerca das regras de acumulação remunerada de cargos pelos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que possuíam um regime jurídico diferente dos servidores públicos civis. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos foi reforçada, impedindo que os militares exerçam outro cargo técnico ou de professor.
- (B) Os militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios passaram a ter direito a acumulação remunerada de cargos públicos em diversas situações, como, por exemplo, a acumulação de cargo militar com emprego privativo de médico.
- (C) A vedação da acumulação remunerada de cargos públicos foi flexibilizada, permitindo que os militares exerçam dois ou mais cargos técnicos ou empregos privativos de profissionais de saúde, desde que haja compatibilidade de horário com a função militar.
- (D) Atualmente os militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios podem acumular, de forma remunerada, cargos públicos técnicos ou de magistério, proibida a acumulação com quaisquer tipos de empregos públicos ou privados.
- (E) Aos militares dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios, a vedação da acumulação remunerada de cargos públicos passou a não levar mais em conta a prevalência da atividade militar.

43. No rol dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, previu que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a:

- (A) uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda.
- (B) um salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.
- (C) um salário-mínimo, regionalmente variável, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.
- (D) um salário-mínimo de benefício mensal se comprovar que não possui meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- (E) uma renda básica individual, garantida pelo Estado em política pública de transferência de renda.

44. Com o aumento da tensão geopolítica e a escalada armamentista em nível mundial, eventual situação de grave instabilidade institucional ou de necessidade de defesa do Estado brasileiro passa a exigir o urgente emprego das Forças Armadas, nos termos do art. 142 da Constituição Federal de 1988. Acerca do referido dispositivo constitucional, indique a opção correta.

- (A) As Forças Armadas são compostas pela Marinha, pelo Exército e pelas Polícias Militares dos Estados, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.
- (B) Lei complementar estabelecerá as normas específicas a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas em tempo de paz ou de guerra.
- (C) Os membros das Forças Armadas são denominados militares, que não podem estar filiados a partidos políticos, enquanto em serviço ativo.
- (D) As Forças Armadas constituem instituições nacionais permanentes, organizadas excepcionalmente em situações de crise e destinadas à defesa da Pátria, da lei e da ordem.
- (E) O emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem depende de provocação privativa do Presidente da República, sendo vedada a iniciativa dos demais Poderes constitucionais.

45. Desde 1988, a Constituição Federal (CF) tem pautado a segurança pública como um tema relevante e sensível, não sendo apenas um dever do Estado para com os residentes no país. Trata-se a segurança pública, na verdade, de direito e responsabilidade de todos, incluída toda a sociedade civil, exigindo múltiplos esforços para que seja preservada a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Emenda à Constituição nº 104, em 2019, deu nova redação ao art. 144 da CF para:

- (A) Atribuir competência investigatória penal ampla às polícias penais estaduais.
- (B) Ampliar o patrulhamento ostensivo das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- (C) Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.
- (D) Estabelecer maiores poderes investigativos na apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- (E) Criar as polícias penais federal, estaduais e distrital, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem.

Código de Trânsito Brasileiro

46. Conforme descrito nas disposições preliminares do Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, interrupção de marcha, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- (B) Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados.
- (C) São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo departamento executivo de trânsito da união, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.
- (D) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- (E) As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo automotor, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

47. De acordo com as normas gerais de circulação e conduta, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) Nas vias não iluminadas, o condutor deve usar luz alta, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo.
- (B) Os veículos que se deslocam sobre trilhos darão preferência de passagem sobre os demais, respeitadas as normas de circulação.
- (C) O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados dispensáveis à segurança do trânsito.
- (D) Nas interseções e suas proximidades, o condutor poderá efetuar ultrapassagem.
- (E) O condutor que for ingressar em uma via, procedente de um lote lindeiro a essa via, terá preferência sobre os veículos e pedestres que por ela estejam transitando.

48. De acordo com os critérios para a sinalização de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações da SENATRAN.
- (B) O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.
- (C) A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é do órgão com circunscrição pela via.
- (D) É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que se relacionem com a mensagem da sinalização.
- (E) Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pela SENATRAN.

49. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) As repartições aduaneiras e os órgãos de controle de fronteira comunicarão diretamente ao RENACH a entrada e saída temporária ou definitiva de veículos.
- (B) No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de quinze dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.
- (C) O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação estadual do domicílio ou residência de seus proprietários.
- (D) O proprietário de veículo irrecuperável, ou destinado à desmontagem, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo RENAVAL, vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi de forma a manter o registro anterior.
- (E) O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, da prestação do exame de aptidão física e mental.

50. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) As multas serão impostas e arrecadadas pelo órgão ou entidade de trânsito de registro do veículo, de acordo com a competência estabelecida neste Código.
- (B) Quando ocorrer a suspensão do direito de dirigir, a Carteira Nacional de Habilitação será devolvida a seu titular imediatamente após cumprida a penalidade.
- (C) O pagamento das despesas de remoção e estada será correspondente ao período integral, contado em dias, em que efetivamente o veículo permanecer em depósito, limitado ao prazo de 6 (seis) meses.
- (D) A critério do agente, não se dará a remoção imediata, quando se tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produto perigoso ou perecível, desde que ofereça condições de segurança para circulação em via pública.
- (E) A imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir não elimina a quantidade de pontos computados, para fins de contagem subsequente.